



Câmara Municipal
Praça da Autonomia
9304-001 Câmara de Lobos
geral@cm-camaradelobos.pt
t 291 911 080
f 291 944 499
NIF: 511 233 620



CONCURSO PÚBLICO

Aquisição de uma viatura ligeira com plataforma elevatória

CADERNO DE ENCARGOS

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO

Índice

Entidade Adjudicante	3
Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Objeto	3
Contrato	3
Duração do contrato	4
Preço base	4
Obrigações principais do fornecedor	4
Garantia	4
Local de execução	5
Preço contratual e revisão de preços	5
Prazo e condições de pagamento	5
Representantes do adjudicatário e da entidade adjudicante	6
Penalidades contratuais	6
Seguros	7
Gestor do Contrato	7
Força maior	7
Resolução do contrato	8
Subcontratação e cessão da posição contratual	8
Patentes, licenças e marcas registadas	8
Dever de sigilo	8
Prazo do dever de sigilo	9
Disposições Finais	9
Comunicações e notificações	9
Contagem dos prazos	10
Foro competente	10
Prevalência	10
Legislação aplicável	10
Anexo I – Especificações técnicas	11



Câmara Municipal
Praça da Autonomia
9304-001 Câmara de Lobos
geral@cm-camaradelobos.pt
t 291 911 080
f 291 944 499
NIF: 511 233 620



Cláusula 1.^a Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Câmara de Lobos, com sede na Praça da Autonomia, 9304-001, Câmara de Lobos, com o telefone (+351) 291 911 080, fax (+351) 291 944 499 e correio eletrónico geral@cm-camaradelobos.pt.

Cláusula 2.^a Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por Sua Exa o Sr. Presidente da Câmara, no uso de competências próprias, previstas nas alíneas f) e g), do número 1, do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, conjugado com a alínea a), do número 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, também na sua redação atual e, das competências delegadas pela Câmara Municipal, através da proposta GPR-PR-057-2024, de 27 de março, publicado pelo edital Ref.ª 0088.2024.ED.SAG, de 02 de abril.

Cláusula 3.^a

Objeto

- 1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de uma viatura ligeira com plataforma elevatória**, para o Município de Câmara de Lobos, de acordo com as especificações técnicas, que constam no anexo I, deste caderno de encargos.
- 2- Em todas as posições que sejam mencionadas marcas, deverão considerar as mesmas ou equivalentes.

Cláusula 4.^a

Contrato

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos que os concorrentes venham a prestar ao abrigo do disposto no artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP)
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual, doravante designado CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 5.^a

Duração do contrato

1- O prazo de vigência do contrato é de **até 150 (cento e cinquenta) dias** a contar da celebração do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2- O contrato mantém-se em vigor até ao fim do prazo estabelecido no número anterior ou até à conclusão do fornecimento, em conformidade com os respetivos termos e condições da proposta adjudicada e o disposto na Lei.

Cláusula 6.^a

Preço base

1- O preço base, ou seja, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo bem que constitui o seu objeto é de **118.000,00€** (cento e dezoito mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor (quando devido).

2- O preço base do presente procedimento é o estipulado nas peças do procedimento, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo fornecimento e todas as prestações que constituem o objeto do contrato, durante o prazo de vigência do mesmo.

Cláusula 7.^a

Obrigações principais do fornecedor

1- Entregar a viatura, obrigatoriamente, até ao termo do prazo previsto na cláusula 5.^a, no edifício dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, ou, em local a designar por esta, no espaço geográfico da Região Autónoma da Madeira.

2- O adjudicatário tem de possuir um agente na Região Autónoma da Madeira, com instalações para a prestação dos serviços de assistência técnica a clientes.

3- Efetuar a assistência técnica ao veículo até 48 horas após a sua solicitação.

4- Cabe ao fornecedor/adjudicatário disponibilizar e fornecer todos os meios necessários para o cumprimento do disposto nos números anteriores.

5- As obrigações previstas nesta cláusula decorrem sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais.

Cláusula 8.^a

Garantia

1- O veículo deverá ter um prazo de garantia mínimo de três anos.

2- O veículo deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina.

3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a elas relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4- O fornecedor é responsável perante o Município, por qualquer defeito do veículo no momento em que o entrega.



Câmara Municipal
Praça da Autonomia
9304-001 Câmara de Lobos
geral@cm-camaradelobos.pt
t. 291 911 080
f. 291 944 499
NIF: 511 233 620



5- Durante o período de garantia, o adjudicatário tem a obrigação de corrigir as despesas suas, os defeitos dos equipamentos que sejam identificados até ao termo do prazo de garantia e que resultem de defeitos de fabrico dos mesmos.

6- Se os defeitos identificados não forem suscetíveis de correção, a entidade adjudicante pode, sem custos adicionais, exigir ao adjudicatário que repita a colocação dos bens com defeito ou que substitua os equipamentos defeituosos.

Cláusula 9.ª

Local de execução

O local da execução do contrato é na Região Autónoma da Madeira.

Cláusula 10.ª

Preço contratual e revisão de preços

1- 1- Pelo fornecimento do bem objeto do contrato, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Câmara de Lobos deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (no caso em que este seja devido).

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

3- De acordo com o artigo 300.º do CCP, não haverá lugar a revisão de preços ou atualização de preços, nem a pagamentos antecipados, durante o prazo de vigência do contrato. constantes da proposta adjudicada não serão sujeitos a revisão, durante o período de vigência do contrato.

Cláusula 11.ª

Prazo e condições de pagamento

1- Após a entrega da viatura e confirmada a sua conformidade com as peças do procedimento, pelo gestor do contrato, o adjudicatário enviará à entidade adjudicante a respetiva fatura, bem como, quaisquer outros elementos justificativos do montante a pagar.

2- O pagamento será efetuado por cheque ou por transferência bancária, no prazo de máximo de **60 (sessenta) dias**, após a receção da mesma por parte do Município e verificada a sua conformidade.

3- Para efeitos de pagamento pela entidade adjudicante, o adjudicatário deverá comprovar ter a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e com a Segurança Social.

4- Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5- O cocontratante não poderá ceder quaisquer direitos ou obrigações emergentes do presente contrato, incluindo a cessão de créditos, sem a prévia autorização escrita, por qualquer meio registado, do contraente público.

6- Em caso de violação do disposto no número anterior, incluindo a realização de uma cessão de créditos com a expressa oposição do contraente público, o cocontratante será responsável por todos os custos acrescidos que o cumprimento da obrigação perante o cessionário

acarretar para o contraente público.

Cláusula 12.^a

Representantes do adjudicatário e da entidade adjudicante

- 1- As relações da Entidade Adjudicante com o Adjudicatário processar-se-ão através de representante (s) a designar pela Entidade Adjudicante.
- 2- É da responsabilidade do Adjudicatário a seleção e o recrutamento de todo o pessoal especializado, não especializado e auxiliar para a execução do presente contrato, assim como todos os encargos e despesas com esse pessoal, nomeadamente, de viagem, alojamento, alimentação, deslocações diárias, ajudas de custo, subsídios diversos, entre outros que se relacionem diretamente com o fornecimento, não podendo ser invocado o período de férias dos seus colaboradores como fundamento para a não cumprimento dos termos contratualizados.
- 3- O recurso a horas suplementares, ou trabalho em dias feriado ou de descanso semanal, por parte do pessoal do Adjudicatário são igualmente de seu encargo, não podendo ser imputado e/ou faturado à Entidade Adjudicante.

Cláusula 13.^a

Penalidades contratuais

- 1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município, pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, poderá ser aplicada, até à data da execução ou da rescisão do contrato, a sanção diária de 1 (por mil) do valor contrato por cada dia de atraso.
 - b) A Câmara Municipal reserva-se ainda o direito de denunciar o contrato, sempre que haja incumprimento ou cumprimento defeituoso de algumas cláusulas contratuais.
 - c) Pelo incumprimento das garantias previstas neste caderno de encargos e na demais legislação aplicável à venda de bens de consumo e por cada dia de atraso, ficará o fornecedor sujeita à multa de 1 (por mil) do valor do contrato, por cada dia em falta.
- 2- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município, pode exigir-lhe uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a 20% do preço contratual.
- 3- Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Câmara de Lobos decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
- 4- Ao valor da pena pecuniária prevista no número 2.º são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) e c) do n.º 1, relativamente ao bem objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
- 5- Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- 6- O Município pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.



Câmara Municipal
Praça da Autonomia
9304-001 Câmara de Lobos
geral@cm-camaradelobos.pt
t. 291 911 080
f. 291 944 499
NIF: 511 233 620



7- As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município, exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14.ª

Seguros

Até à entrega da viatura, é da responsabilidade do adjudicatário, a cobertura, através de contratos de seguro, que satisfaçam a legislação em vigor relativa ao fornecimento.

Cláusula 15.ª

Gestor do Contrato

1- Nos termos do artigo 290ª-A do CCP, aquando da outorga do Contrato, será incluído no clausulado do mesmo, a designação do Gestor do Contrato nomeado pelo órgão competente, caso contrário, será transmitido aquando do envio da respetiva requisição.

2- As competências do Gestor do Contrato são as definidas no Contrato (quando aplicável), bem como as definidas no CCP e no artigo 8.ª-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

Cláusula 16.ª

Força maior

1- Não podem ser impostas penalidades, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, desastres nucleares, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, devendo a parte que a invoca indicar as obrigações emergentes do Contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência, e as medidas que pretende colocar em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos e custos.

5- A comunicação a que se refere o número anterior tem lugar no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da verificação do facto ou do respetivo conhecimento.

6- Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

7- A verificação de uma situação de força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior, pelo que o adjudicatário deve requerer a prorrogação de prazo aplicável, na comunicação prevista nos n.ºs 4 e 5 desta cláusula.

Cláusula 17.ª

Resolução do contrato

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato, confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

2- A entidade adjudicante pode resolver o contrato quando ocorra qualquer circunstância que leve à perda da confiança entre si e o adjudicatário.

3- No caso previsto no número anterior, a Câmara Municipal de Câmara de Lobos não está obrigada ao pagamento de qualquer indemnização.

Cláusula 18.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 19.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1- São da responsabilidade do fornecedor quaisquer encargos decorrentes da utilização, nas prestações efetuadas, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2- Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 20.ª

Dever de sigilo

1- O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial, financeira, organizativa, laboral ou outra, relativa ao Município de Câmara



Câmara Municipal
Praça da Autonomia
9304-001 Câmara de Lobos
geral@cm-camaradelobos.pt
t. 291 911 080
f. 291 944 499
NIF: 511 233 620



de Lobos, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, independentemente do suporte da mesma (escrito, verbal ou suporte informático).

2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta ou exclusivamente à execução do contrato.

3- O adjudicatário não pode utilizar o nome da entidade adjudicante para fins publicitários ou comerciais sem o consentimento prévio escrito desta.

4- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que esteja legalmente obrigado a revelar, por força de lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 21.^a

Prazo do dever de sigilo

1- O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

2- O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente.

Cláusula 22.^a

Disposições Finais

1. A entidade adjudicante reserva-se o direito de executar ela própria ou de mandar executar por outrem, quaisquer trabalhos ou reparações, que o adjudicatário se tenha negado a resolver, imputando esses custos ao mesmo.

2. Correm inteiramente por conta do fornecedor/adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros, incluindo utentes e fornecedores das instalações, até à receção definitiva do fornecimento contratado, em consequência do modo de execução o destes últimos, da atuação do seu pessoal ou dos seus subcontratados e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança na execução das tarefas afetas ao fornecimento.

Cláusula 23.^a

Comunicações e notificações

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada a outra parte.

3- As comunicações devem ser feitas por escrito, através do envio de carta registada, com aviso de receção, ou por meios informáticos que confirmem a sua receção.

Cláusula 24.ª
Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.ª
Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 26.ª
Prevalência

1. Sem prejuízo das disposições previstas no CCP são aplicáveis às relações contratuais jurídicas administrativas, em tudo que não estiver regulado e não for suficientemente disciplinado por aplicação dos princípios gerais de direito administrativo, as normas constantes neste caderno de encargos, no convite e na proposta do adjudicatário.
2. São também aplicáveis, subsidiariamente, com as necessárias adaptações, as restantes normas de direito administrativo e, na falta destas, o direito civil.

Cláusula 27.ª
Legislação aplicável

- 1- As partes obrigam-se a cumprir com o enquadramento jurídico geral da Lei de Proteção de Dados existente em Portugal e o quadro jurídico especial do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), em vigor a partir de 25 de maio de 2018.
- 2- Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o CCP e restante legislação aplicável a este tipo de contratos.



CÂMARA DE LOBOS

Câmara Municipal
Praça da Autonomia
9304-001 Câmara de Lobos
geral@cm-camaradelobos.pt
t 291 911 080
f 291 944 499
NIF: 511 233 620



Município de
Câmara de Lobos

Anexo I – Especificações técnicas

As características técnicas da viatura pretendida, são as seguintes:

- Com braço com altura máxima entre os 19 e os 20 mts;
- Deslocação horizontal máxima entre 8 e 9mts;
- Cesto em fibra com isolamento a 1000V, para capacidade para dois operadores;
- Capacidade do cesto até 250 kgs;
- Rotação de 90° tanto à esquerda como à direita;
- Comandos dos movimentos na viatura e na plataforma;
- Corrente elétrica 230 V;
- Pontos de fixação para sistema segurança individual;
- Sistema de paragem e arranque do motor, comandado pelo operacional;
- Avisos luminosos e sonoros de tomada de força ligado, sistema de travagem de parque desativado e/ou estabilizado;
- Estrato em alumínio com características antiderrapantes;
- Comprimento do cesto entre 1300 e 1500mm;
- Largura do cesto entre 800 e 950mm;
- Altura do cesto entre 1100 e 1200mm;
- Sistema de comandos hidráulicos de emergência;
- Bomba manual de emergência;
- Válvulas de segurança em todos os cilindros hidráulicos;
- Quatro estabilizadores com acondicionamento hidráulico de ataque vertical desde o solo.

Chassis:

- Viatura ligeira;
- Cabine semi recuada;
- Chassis de longarinas paralelas;
- Rodado traseiro duplo,
- Distancia entre eixos 3400 a 3500 mm;
- Combustível Gasóleo;
- Normas de emissão Euro VI;
- Cilindrada entre 2200 a 2500 cm3;
- CV entre 120 a 140;
- Binário entre 350 a 450 rpm;
- Caixa de velocidades manual com 6 para a frente uma para trás;
- Travões de disco a frente e atrás;
- Pintura na cor branca, com layout de acordo com os equipamentos do município;
- Oculo à retaguarda;
- Conjunto de tapetes em borracha e auto radio.

A viatura proposta pelo operador económico, deverá estar em conformidade e de acordo com a(s) norma(s) Europeia(s) de Segurança Rodoviária, em vigor.

Juntamente com a entrega do equipamento, o operador económico deverá facultar e articular junto do gestor do contrato, um plano para a prestação de formação para os colaboradores (condutores) da CMCL, que irão conduzir/ operar o equipamento, por um período mínimo de 1 (um) dia, bem como, facultar um manual de utilizador do equipamento.